



SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL EM PROL DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CAP-UFPE

Renata Pereira da Silva Uchôa ¹

Daiana Ferreira de Almeida ²

RESUMO

Este trabalho, fundamentado sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, é resultante de uma experiência do estágio curricular vivenciado no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco (CAp-UFPE) entre 2021-2022. Essa pesquisa traz consigo a importância do trabalho dos Assistentes Sociais na política educacional, entendendo que a educação é primordial no processo de formação cidadã dos indivíduos. Importante ressaltar que este espaço sócio-ocupacional de atuação do Serviço Social foi regulamentada e posta como obrigatória, na forma da Lei nº 13.935/2019, porém ainda não implementada no Estado de Pernambuco. Diante destas considerações, partimos do entendimento do trabalho do Assistente Social, principalmente com a materialização da experiência do estágio curricular, a prática profissional nas escolas de educação básica, o que contribui diretamente com a futura inserção desta categoria na educação básica. Partindo do princípio que esta atuação lida diretamente com as expressões da questão social, com o enfrentamento das desigualdades que por sua vez atravessam o espaço educacional, produzindo assim muitas desigualdades no que diz respeito ao acesso e permanência dos estudantes. Por fim, considerando a conjuntura política, econômica e social, é primordial que as desigualdades sejam enfrentadas para a promoção de uma educação de qualidade, que inclua os indivíduos, capacitando-os, formando assim, cidadãos críticos e ativos em sociedade, assim é de direito à todos os brasileiros, diante da Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação. Inclusão

INTRODUÇÃO

Diante das grandes conquistas no âmbito do direito educacional, tais como a promulgação da constituição de 1988 que em seu artigo 6º aponta para educação enquanto direitos sociais destinada a todos os brasileiros, passando a uma patamar legitimidade para formação do cidadão. Enquanto direito, portanto, necessita responder às demandas pedagógicas e sociais dos sujeitos que a lhe requerem (ALMEIDA; PEREIRA, 2018).

¹ Pedagoga, Pós-Graduanda em Educação Inclusiva, Graduanda do Curso Serviço Social e Mestranda em Direitos Humanos- UFPE, renatapsuchoa@hotmail.com

² Graduanda do Curso de Serviço Social - UFPE, daiana.ferreira.almeida@gmail.com

Assim, enquanto inscrita no papel de formação e transmissão do conhecimento da sociedade, a educação será perpassada por diferentes interesses políticos e econômicos. Por isso mesmo, cabe aos profissionais da educação sejam eles professores ou das áreas afins da qual está incluso os assistentes sociais agirem enquanto ferramenta crítica e conscientizadora de tais processos mas também do aspecto relacionado ao acesso e permanência sob a qual a educação inclusiva dialoga constantemente. Conversando-se, desta maneira, diferenças no acesso a recursos e estruturas para um bom funcionamento dos processos educativos, para fora do sistema público de ensino surgem também outras demandas que vão além destes aspectos, que se atentam às péssimas condições de vida da grande maioria dos alunos e de suas famílias (BARBOSA, 2015, p.79). Conseqüentemente, os aspectos institucionais passam a estar entrelaçados com o pauperismo vivido pelo alunado e sua família.

No ano de 2017, o Colégio de Aplicação passou por uma grande mudança em seu processo seletivo: foi instaurado o ingresso por cota para estudantes oriundos de escola pública, mediante comprovação documental. O espaço, desde então, passou a abarcar alunos de origens sociais que antes possuíam chances mínimas de ingresso, tendo que ultrapassar barreiras da “meritocracia” em um contexto de desigualdades. A entrada destes sujeitos advindos de contextos sociais adversos trará novas demandas não experienciadas antes pela escola, culminando na contratação de uma assistente social e a implementação de um programa de assistência estudantil no mesmo ano, que tem como expressão maior o seu programa de bolsa auxílio permanência para estudante em vulnerabilidade socioeconômica. Tais ações abrem o arco para uma educação mais inclusiva e democratizante dentro do colégio de aplicação, que tem sua histórica marcada pela adesão de alunos de grupos sociais mais abastados.

METODOLOGIA

Essa pesquisa, tem como método teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético que segundo Triviños (1987) está voltado a compreender a sociedade, as formações socioeconômicas e também a organização política da sociedade, contemplando também a cultura, a concepção de homem, além de acompanhar o desenvolvimento social

diante da promoção de uma educação inclusiva, esclarecendo as relações entre os homens e a natureza, os processos que entornam a construção da consciência.

Portanto, podemos afirmar que esta pesquisa se firma numa abordagem qualitativa, direcionada a caracterizar o trabalho do Assistente Social na política educacional, numa conjuntura extremamente conservadora, negacionista da ciência e potencializadora da naturalização e do agravamento das desigualdades sociais, sob a intencionalidade de manter a exploração de classe sobre classe. Caracterizando-se, portanto, como uma pesquisa exploratório-descritiva, que está voltada a explicar a realidade, no intuito de produzir reflexões e novos conhecimentos que possam contribuir para uma educação mais inclusiva, reconhecendo a importância dos Assistentes Sociais na política educacional, considerando que este acaba de se consolidar um dos espaços sócio ocupacionais do Serviço Social, sob a necessidade de garantir o direito social à educação.

Para tanto, esta se materializa numa pesquisa de campo, com estudo à luz da literatura de Yamamoto (2009), Abreu (2008), Barbosa (2015), Saviani (2008) e de documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), . A coleta de dados desta pesquisa se dará mediante a investigação dos relatórios que materializam a dimensão técnico-operativa da atuação da Assistente Social da política de educação no CAP, sabendo que estes delimitam e descrevem as especificidades da sua atuação profissional. O tratamento de dados ocorreu mediante análise de conteúdo, para categorizar as informações coletadas, de modo a caracterizar os instrumentos e a prática profissional do Assistente Social na política educacional.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

As configurações estabelecidas socialmente pelas crises financeiras, acabam por agravar das múltiplas expressões da questão social que permeiam o âmbito escolar do Colégio de Aplicação da UFPE, aprofundando as “disparidades de gênero, etnia, geração e desigual distribuição territorial” (IAMAMOTO, 2009, p. 343). É perante essas necessidades emergentes que se percebe no ano de 2018 que a instituição frente a estas demandas não ofertaria uma educação pública, baseada em princípios democráticos e de maneira de que atenda a todos os educandos, trazendo implicações a perspectiva emancipadora da educação.

Para tanto, se materializa a necessidade de ter uma Assistente Social na instituição e a abertura da vaga para a função ganha respaldo na portaria do Ministério da Educação de nº 959 de 23 de setembro de 2013, que apresentam as diretrizes aos colégios:

- I - Oferecimento de igualdade de condições para o acesso e a permanência de alunos na faixa etária do atendimento;
- II - Realização de atendimento educacional gratuito a todos, vedada a cobrança de contribuição ou taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro (PORTARIA DO MEC Nº 959, 2013, art. 1 e 2)

Assim, o trabalho do/a Assistente Social na política de educação no Colégio de Aplicação parte do entendimento da concepção de educação, como uma dimensão da vida social e nela estão inseridas múltiplas formas de prática social, que acabam por impactar nas formas de sociabilidade de determinada sociedade. É de extrema importância que se compreenda que sua função social é marcada por se consolidar como um campo de disputas e contradições, também marcadas pelos projetos societários vigentes na sociedade, além de se firmar como campo das lutas sociais. Por isso, é importante pensá-la também como elemento que reflete também no mundo do trabalho, sabendo que este é fundamento ontológico do ser social segundo a teoria marxista (CFESS, 2013).

A educação passa a se configurar como um espaço histórico, protagonizada por sujeitos políticos que estão inseridos numa determinada classe, que passam a conduzir as concepções ali desenvolvidas, de modo que se interfira na relação capital e trabalho, forjando formas de autoconsciência e de cidadania, de maneira que beneficie determinada classe com a exploração da força de trabalho para a acumulação de riquezas, aspectos latentes na contemporaneidade com os avanços do processo de precarização e mercantilização da política de educação, assim:

A política educacional não se estrutura como forma de assegurar modos autônomos de pensar e agir. Mas se reveste hoje, sob a marca das inversões que são necessárias à reprodução do sistema metabólico do capital, em um processo de ampliação das formas de acesso e permanência em diferentes níveis e modalidades educacionais. (CFESS, 2013, p. 20).

Estes aspectos nos remetem a importância de consolidar a atuação de Assistentes Sociais na política de educação, para que se atribuam ressignificações a perspectiva de cidadania desenvolvidas nas escolas, principalmente as públicas que atendem em massa a classe trabalhadora, tornando-as mais inclusivas, como formas de garantir os processos de formação do cidadão.

Pensando nela principalmente como “parte das estratégias de luta da classe trabalhadora pela sua efetiva emancipação, o que implica, necessariamente, na superação deste tipo de sociedade, assim como de suas formas de institucionalização dos direitos sociais” (CFESS, 2013, p. 21). Importante ressaltar, que o trabalho do/a Assistente Social no Colégio de Aplicação traz consigo elementos importantes, como a compreensão da emancipação enquanto esfera que garante a diversidade humana, a afirmação incondicional dos direitos humanos, abrangendo aspectos de gênero, raça/etnia, valorizando os processos de formação de sujeitos coletivos, fundamentados sob um processo democrático e inclusivo, para que haja superação dessa ordem burguesa construída pelas classes mais altas e impostas como padrões reproduzidos nas instâncias públicas.

A partir desse compromisso com a classe trabalhadora, temos a institucionalização da Lei de nº 13.935/2019, que trata da obrigatoriedade da atuação dos Assistentes Sociais na política de educação, inclusive de maneira multidisciplinar para atender na totalidade as demandas dos usuários, um ganho para a categoria, que traz mais subsídios para o desenvolvimento do trabalho da Assistente Social no CAp, mesmo a lei ainda não implementada [*Grifos nossos, Diário de Campo do Estágio*]. De tal modo, a Assistente Social pauta sua prática profissional no Serviço de Inclusão Acessibilidade e Permanência (SIAP)³, prestando serviços de acolhimento, inclusão e acompanhamento. O SIAP, busca atender às demandas psicossociais e pedagógicas sob a intervenção multidisciplinar de uma assistente social, um pedagogo e uma psicóloga, que trazem elementos para subsidiar a sua prática.

Sabendo que estes interferem ou impactam diretamente no acesso e na permanência dos estudantes oriundos de escolas públicas no CAp, principalmente dos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa articulação se fundamenta a partir do Art. 48 do Regimento Interno da Instituição, que caracteriza a atuação do SIAP na promoção e na implementação de uma política de assistência estudantil e da Atenção Educacional Especializada, em consonância com a legislação que normatiza o funcionamento do colégio, objetivando consolidar uma intervenção inclusiva, que atende aos estudantes e a seus responsáveis legais [*Grifos nossos, Diário de Campo do Estágio*].

³ Atualmente o SIAP está sendo reconfigurado para acolher e garantir o acesso a educação de crianças e adolescentes com deficiência, de modo que atenda suas especificidades, que tenha Atendimento Educacional Especializado (AEE) e avaliações de caráter biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar conforme a Lei nº 13.146, DE 6 de Julho de 2015.

Assim, frente às suas competências e atribuições A Assistente Social pauta sua atuação a partir das orientações estabelecidas no Código de Ética (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (Expressas na Lei de nº 8.662/1993) e também nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), dentre elas destaco:

- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996). (CFESS, 2013, p. 26)

E para além disso, podemos constatar durante o estágio curricular o desenvolvimento dessa pesquisa, competências desenvolvidas pela Assistente Social com base no 4º artigo da Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993), no intuito de compreender essa realidade posta no Colégio de Aplicação e aspectos que permeiam a construção de estratégias para enfrentamento das expressões da questão social, podemos destacá-las em:

- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (LEI Nº 8662, ART. 4)

Diante disso, o trabalho do Assistente Social na política educacional é uma ferramenta importantíssima para a promoção de uma educação fundamentada na equidade, nas possibilidade de assegurar formas de acesso e permanência das classes subalternas nos mais diversos espaços educacionais, considerando suas especificidades, seu contexto social, político e econômico, de maneira que se assegure o direito constitucional à educação.

A DIMENSÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A atuação do Assistente Social na política de educação assume uma perspectiva de promover uma educação mais inclusiva, no intuito de permitir que os/as alunos/as tenham condições de acesso e permanência ao espaço escolar, atravessando esse emaranhado de articulações e ataques do neoliberalismo.

Estes aspectos evidenciam o quanto o/a Assistente Social está comprometido com os interesses da classe trabalhadora, com a transição para a classe para si, contribuindo diretamente com os processos de organização e luta da desta classe, para reconhecimento enquanto sujeito de direitos, assegurando aos usuários da política de educação, o acesso e a universalização da escola pública, da democratização e da qualidade da educação, de modo a contribuir com o processo de emancipação humana.

Para tanto, cabe ressaltar também a importância de o profissional ter garantido o direito ao livre exercício profissional, a autonomia deve ser preservada e valorizada, em todas as dimensões, e principalmente na técnico-operativa, pois, esta se constitui como elemento significativo diante de sua atuação, é por ela que o Assistente Social materializa suas ações (CFESS, 2013). Assim, diante desse processo é importante descrever a importância da dimensão pedagógica que o Assistente Social para com a classe trabalhadora, no Colégio de Aplicação, partindo do entendendo que, essa é dada a partir das:

Contribuições afetivas na criação de canais de politização das relações sociais, na medida em que encorajam a auto-organização desses segmentos, favorecendo uma formação política e articulação de forças em níveis cada vez mais abrangentes, mediante debate crítico sobre as contradições sociais no bojo de um processo de luta por melhorias de condições de vida e de contestação à ordem estabelecida (ABREU, 2008, p. 132).

Essa dimensão bem visível na prática profissional do CAP acaba por aproximar as famílias da instituição de ensino, compreendendo a universidade/escola como um espaço público e plural, de usufruto da toda a população. Diante destes elementos, é importante descrever esse movimento, principalmente em tempos de pandemia e de desmonte da política educacional, dado a partir de “avaliação das relações de forças políticas... de autoconsciência e de organização alcançados pelos vários grupos sociais, o qual corresponde aos diversos momentos da consciência política coletiva (ABREU, 2008, p. 133)”.

Estes, segundo a perspectiva Gramsciana, iniciando-se pela solidariedade política entre os próprios usuários, adiante quando essa solidariedade se encontra no campo econômico, ainda com limitações, porém, mais adiante esta é incorporada a uma perspectiva política, na qual os mais diversos grupos subordinados se solidarizam e traduzem este movimento em uma unidade, no intuito de defender os próprios interesses.

Construindo assim, o processo de autonomia e de liberdade, que mais adiante será convertida em responsabilidade e personalidade, sendo esta antagônica aos interesses do capital e extremamente necessários para garantir a sua subsistência (ABREU, 2008). Esta se materializando a partir de projetos, de reuniões de acolhimento, dentro do Serviço Social, simplificando as linguagens e aos acessos, além disso, compartilhando as informações e serviços de interesses das classes subalternas. E para além disso, incentiva, organiza por toda a escola, de maneira interdisciplinar com os demais técnicos e docentes, um espaço de debate e reflexão sobre a realidade social posta e vivida na sociedade a partir de suas particularidades com os próprios usuários [*Grifos nossos, Diário de Campo do Estágio*].

Estes elementos acabam por contribuir para a formação dessa nova cultura profissional inserida no âmbito da atuação do Serviço Social, após o Congresso da Virada⁴, que perpassa uma perspectiva crítica, que traz consigo elementos investigativos, que perpassam a totalidade da sociedade, percebendo a particularidade de cada usuário, ampliando os horizontes de percepção e debate, possibilitando a contribuição de um amadurecimento no exercício profissional.

Com esse movimento, percebe-se que no trabalho do Assistente Social há uma contribuição significativa que contempla “atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade” (IAMAMOTO, 2009, p. 1), refletindo diretamente na construção de uma perspectiva hegemônica nas classes subalternas, resultantes da dimensão pedagógica exercida pelos Assistentes Social na política de educação, contemplando processos coletivos de participação e de transformação intelectual, que passa a integrar os usuários à sociedade, ou seja, está para além dos muros da escola.

Assim, é importante reafirmar que, o trabalho do Assistente Social na política educacional traz consigo a perspectiva de uma educação mais inclusiva, de maneira que se garanta, principalmente às classes subalternas as condições necessárias para se desenvolver e se emancipar, aspectos indispensáveis para sua vivência coletiva em sociedade.

⁴ “O III CBAS se tornou uma referência no evoluir da profissão no país, justamente por ter inaugurado uma nova direção política, de caráter crítico... foram criadas as condições para sintonizar a profissão com as tendências progressistas mais substantivas da sociedade brasileira. Tal sintonia acabou por provocar o engajamento de assistentes sociais na luta pelo fim da ditadura, determinando também uma reconfiguração profunda do coletivo profissional, mediada pela organização político-sindical e acadêmica, pelo movimento estudantil e, posteriormente, pelos Conselhos federal e nacionais, que abandonando uma postura cartorial, alteraram sua relação com a categoria e com a sociedade brasileira (MOTA; RODRIGUES, 2020, p.201).”

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim, considerando aspectos da realidade vivenciados no CAP-UFPE, podemos perceber o quanto é importante a atuação do Serviço Social na educação, principalmente pelas contribuições trazidas a classe trabalhadora, no tocante a sua organização e estruturação diante do avanço do capitalismo, do conservadorismo e do autoritarismo. Sendo estes princípios dotados do Código de Ética Profissional (1993), vejamos:

I - Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II - Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III - Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV - Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V - Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VIII - Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação- exploração de classe, etnia e gênero (CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 1993, p. 23).

Para materializar essas estratégias, foi necessário desenvolver formas de acolhimento das famílias, de traçar perfil socioeconômico dos ingressantes e de suas famílias anualmente à partir de 2018, desenvolver junto a elas, políticas e projetos que permitam combater essas desigualdades e expressões que permeiam o âmbito escolar, dentre elas é possível citar a Política de Assistência Estudantil, que ainda não é uma política permanente da instituição, pela ausência de recursos, oriundos dos cortes e do desfinanciamento da educação superior [Grifos nossos, *Diário de Campo do Estágio*].

Além disso, podemos citar também a atuação frente ao contexto da Pandemia de Covid-19, que agudizou as expressões da questão social ao se fundir com a crise econômica e política na qual a população vivenciava e que impactou também no processo de escolarização e por conseguinte no processo de reprodução das relações sociais, de exploração de uma classe sobre a outra, sob o interesse de defender o avanço do capitalismo, sendo assim, é possível uma reflexão da concepção de educação permeada na sociedade brasileira, principalmente em tempos de crise, quando mais se falou em democracia, menos ela se fez presente no âmbito escolar, reflexo de um (des)governo neoliberal (SAVIANI, 2008). Reafirmando tal condição, temos alguns dados sobre o financiamento da educação, que poderia ter contribuído para uma educação mais inclusiva, vejamos:

O ano de 2020 foi aquele no qual o Ministério da Educação teve o menor orçamento e a menor execução orçamentária da década. Fechou 2020 com 10% menos em comparação a 2019. E o MEC executou em 2020 apenas 47% das despesas discricionárias para a educação básica. Isso foi uma decisão política. Decidiram que os mais carentes e vulneráveis deste país não devem ter educação, porque educação é poder, informação é poder. Até 20 de agosto de 2021, o MEC não usou um centavo sequer dos R\$ 220 milhões do Programa de Educação Conectada, que busca levar internet às escolas. A ação orçamentária Apoio à Infraestrutura da Educação Básica tem sido desidratada, quando apenas 1,83% dos R\$ 2,7 bilhões da dotação inicial foi pago. Em 2020 a pasta desembolsou só 10% do R\$ 1,1 bilhão disponível (AGÊNCIA SENADO, 2021, s.p.)

De fato a desigualdade no espaço educacional aumentou, diante destas configurações, foi necessário desenvolver um trabalho de reconhecimento das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para que se consolidassem estratégias de enfrentamento às desigualdades. Constatou-se que, alguns alunos não teriam condições de ter aula de modo remoto, o que só permitiu a retomada da escola após a abertura de um Edital de Inclusão Digital (2021) desenvolvido pela Assistente Social, destinado aos alunos que não possuíam equipamentos tecnológicos para retomar os estudos, reduzindo os índices de abandono e evasão escolar [*Grifos nossos, Diário de Campo do Estágio*].

Percebemos que há um comprometimento com a atuação profissional, uma preocupação com a forma que o direito social a educação tem se materializado, principalmente em tempos de crise, nos quais as classes subalternas são as mais afetadas e há um agravamento significativo das expressões da questão social e da desigualdade.

A percepção da importância da sua atuação frente a política educacional parte do princípio que a educação é uma das principais formas de emancipação humana, política e social, que na sua totalidade poderá propiciar as condições mínimas e necessárias para que os educandos desenvolvam suas capacidades e potencialidades, com equidade, de maneira democrática e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos aspectos já amplamente discutidos, se torna inegável a importância do profissional em Serviço Social nas escolas públicas, visto que suas competências e atribuições estão consonantes à uma educação inclusiva, plural e não discriminatória, elementos estes importantes quando se é pensando em um modelo de escola inclusiva.

Além do mais, embora ao longo da história da educação brasileira tenha havido conquistas progressistas para uma democratização do ensino e uma dissolução das desigualdades sociais que refletem diretamente na permanência dos jovens e crianças do ensino básico, é reconhecível o vasto caminho que ainda temos que percorrer.

A pandemia da COVID- 19 amplificou os debates sobre acesso à educação, inclusão digital, novas ferramentas de ensino a distâncias etc. Elementos que não ficaram de fora do debate do Serviço Social nem do exercício de sua prática como pode ser visto. As estratégias de intervenção pensadas para educação são importantíssimas para enfrentar as expressões da questão social presentes no ambiente escolar que estão intimamente relacionadas com a evasão e retenção escolar. Por fim, ainda ressaltamos a Lei nº 13.935/19 que legitima a inserção de assistentes sociais na educação e nosso Código de Ética de 1993 enquanto bússola norteadora para pensar estratégias de defesa das diversidades humanas, de garantia dos direitos sociais juntamente com autonomia e emancipação dos sujeitos para a transformação social que não deve ser pensada sem ter a escola enquanto eixo protagonizador.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e Organização da Cultura: Perfis Pedagógicos da Prática Profissional**. São Paulo: Cortez, 2º ed., 2008.

AGÊNCIA SENADO (AS). **Debate: Pandemia aumentou desigualdade educacional para negros, camponeses e índios**, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/16/debate-pandemia-aumentou-desigualdade-educacional-para-negros-camponeses-e-indios>. Acesso em 12 de jun. de 2022.

ALMEIDA, M.; PEREIRA, L. **O Perfil de Vulnerabilidade dos Estudantes e o Contexto da Assistência Estudantil do Colégio de Aplicação da UFSC**.

BARBOSA, M. Q. **A demanda social pela educação e a inserção do Serviço Social na política de educação brasileira**. Campinas: Papel Social, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993**. Diário Oficial da União. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ . Acesso em 4 de abril de 2022.



BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Diário Oficial da União. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 18 de mar. de 2022.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Ministério da Educação: Portaria nº 959, de 27 de setembro de 2013.** Disponível em: <https://ndi.ufsc.br/files/2013/10/Portaria-959-de-27-de-setembro-de-2013.pdf>. Acesso em 03 de mar. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal de Pernambuco. **Edital de Concessão de Equipamentos para Acessibilidade Digital, 2021.** Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39038/0/aux%C3%ADlio+para+aquisi%C3%A7%C3%A3o+de+equipamento+eletr%C3%B4nico/40dc9496-595c-4782-8670-28d70424876a>. Acesso em: 14 de mar. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.** Diário Oficial da União. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em 30 de mar. de 2022.

BRASIL. Universidade Federal de Pernambuco. **Edital de Concessão de Equipamentos para Acessibilidade Digital, 2021.** Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39038/0/aux%C3%ADlio+para+aquisi%C3%A7%C3%A3o+de+equipamento+eletr%C3%B4nico/40dc9496-595c-4782-8670-28d70424876a>. Acesso em: 14 de mar. de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social na Educação. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais.** Brasília, 2013. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS_EDUCACAO.pdf. Acesso em 28 de mar. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social.** 9º ed. Revisado e Atualizado. Brasília: CFESS, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **Os espaços sócio – ocupacionais do assistente social.** In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. **Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário.** Revista Katálysis, v. 23, n. 02, p. 199-212, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p199>. Acesso em 03 de maio de 2022.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 1987.